

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.459.243	1.398.596
1.01	Ativo Circulante	85.453	59.013
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	917	1.885
1.01.01.01	Caixas e bancos	917	1.885
1.01.02	Aplicações Financeiras	41.670	11.314
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	41.670	11.314
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	41.670	11.314
1.01.03	Contas a Receber	42.866	45.814
1.01.03.01	Clientes	31.553	35.576
1.01.03.01.01	Contas a receber	2.014	1.746
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	29.817	34.063
1.01.03.01.03	Provisão para devedores duvidosos	-278	-233
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.313	10.238
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	1.853	1.843
1.01.03.02.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	3.297	3.297
1.01.03.02.03	Despesas antecipadas e outras	2.428	3.203
1.01.03.02.04	Outros créditos	3.735	1.895
1.02	Ativo Não Circulante	1.373.790	1.339.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	151.298	146.730
1.02.01.06	Tributos Diferidos	60.160	58.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.160	58.680
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	89.613	86.882
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	54.170	50.615
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	35.443	36.267
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.525	1.168
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.428	1.073
1.02.01.09.04	Outros créditos	97	95
1.02.03	Imobilizado	52.477	55.714
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	52.477	55.714
1.02.04	Intangível	1.170.015	1.137.139
1.02.04.01	Intangíveis	1.170.015	1.137.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.459.243	1.398.596
2.01	Passivo Circulante	243.009	225.273
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.564	6.476
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	998
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.564	5.478
2.01.02	Fornecedores	21.219	22.038
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.541	17.059
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.193	13.603
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.535	5.953
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	2.865	2.970
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições parcelados	4.793	4.680
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.348	3.456
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.178	159.875
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.322	31.479
2.01.04.02	Debêntures	170.856	128.396
2.01.05	Outras Obrigações	14.312	10.507
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.359	1.739
2.01.05.02	Outros	11.953	8.768
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	7.566	1.816
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.387	6.952
2.01.06	Provisões	9.195	9.318
2.01.06.02	Outras Provisões	9.195	9.318
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	9.195	9.318
2.02	Passivo Não Circulante	909.827	765.322
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	709.323	575.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.424	1.709
2.02.01.02	Debêntures	707.899	574.195
2.02.02	Outras Obrigações	70.544	68.179
2.02.02.02	Outros	70.544	68.179
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.254	1.724
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	57.112	55.776
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	8.570	8.713
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	3.608	1.966
2.02.03	Tributos Diferidos	104.060	100.651
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.060	100.651
2.02.04	Provisões	25.900	20.588
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.575	820
2.02.04.01.05	Provisão para contingência	2.575	820
2.02.04.02	Outras Provisões	23.325	19.768
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	23.325	19.768
2.03	Patrimônio Líquido	306.407	408.001
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	125.561	265.561
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	97.608	111.810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	125.798
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.406	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.323	164.544
3.01.01	Receita bruta de vendas e/ou serviços	207.021	177.584
3.01.02	Deduções da receita bruta	-14.698	-13.040
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.633	-69.566
3.02.01	Custo de construção	-36.677	-26.330
3.02.02	Provisão de manutenção	-3.653	2.374
3.02.03	Depreciação e amortização	-15.774	-9.998
3.02.04	Custo da outorga	-14.586	-13.087
3.02.05	Serviços	-11.871	-10.090
3.02.06	Custo com pessoal	-7.450	-7.315
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-2.902	-2.363
3.02.09	Outros	-2.720	-2.757
3.03	Resultado Bruto	96.690	94.978
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.883	-16.582
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.200	-14.372
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.717	-2.210
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	83.807	78.396
3.06	Resultado Financeiro	-25.321	-18.569
3.06.01	Receitas Financeiras	1.072	2.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.393	-20.620
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.486	59.827
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.080	-19.950
3.08.01	Corrente	-18.151	-15.282
3.08.02	Diferido	-1.929	-4.668
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.406	39.877
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.406	39.877
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	93.093	68.178
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.097	76.066
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	38.406	39.877
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.929	4.668
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	0	824
6.01.01.04	Depreciação e amortização	13.520	10.252
6.01.01.05	Amortização do ágio	2.617	-1.058
6.01.01.06	Baixa do Ativo imobilizado	0	7
6.01.01.07	Variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing circulante e não circ.	27.253	21.901
6.01.01.08	Capitalização de custo de empréstimos	-3.602	0
6.01.01.09	Constituição (reversão) e juros sobre contingências	1.811	63
6.01.01.10	Provisão (reversão) de devedores duvidosos	45	-116
6.01.01.11	Provisão (reversão) manutenção	3.655	-2.374
6.01.01.12	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.015	913
6.01.01.13	Juros sobre impostos parcelados	1.448	1.109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.996	-7.888
6.01.02.01	Contas a receber	-268	-460
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	4.246	4.721
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-10	-10.422
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-2.731	-3.285
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	775	503
6.01.02.06	Outras contas a receber	3.550	-1.916
6.01.02.07	Fornecedores	-819	-12.884
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	620	-2.683
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.088	2.741
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados	369	16.242
6.01.02.11	Liquidação de contingências	-56	0
6.01.02.12	Realização de provisão de manutenção	-1.236	-430
6.01.02.13	Obrigações com o poder concedente	-140	60
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-1.392	-75
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.174	-28.475
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-757	-2.148
6.02.02	Aquisição de ativo diferido	-41.417	-26.327
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.531	-71.734
6.03.01	Captações	149.260	-1.494
6.03.02	Pagamentos Principal	-30.422	-240
6.03.03	Pagamentos Juros	-369	0
6.03.05	Dividendos pagos	-140.000	-70.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.388	-32.031
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.199	103.289
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.587	71.258

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-140.000	0	0	-140.000
5.04.08	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-14.202	0	0	0
5.04.09	Dividendo adicional proposto	0	0	-125.798	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.406	0	38.406
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.406	0	38.406
5.07	Saldos Finais	139.763	0	128.238	38.406	0	306.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	248.501	0	0	390.941
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	248.501	0	0	390.941
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-70.000	0	0	-70.000
5.04.08	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-49.000	0	0	-49.000
5.04.09	Dividendo adicional proposto	0	0	-21.000	0	0	-21.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.877	0	39.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.877	0	39.877
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	178.501	39.877	0	360.818

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	207.021	177.584
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	204.891	175.227
7.01.02	Outras Receitas	2.130	2.357
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.825	-49.812
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.931	-41.049
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.564	-11.137
7.02.04	Outros	-40.330	2.374
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-3.653	2.374
7.02.04.02	Custos de Construção	-36.677	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	140.196	127.772
7.04	Retenções	-16.137	-12.674
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.137	-12.674
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.059	115.098
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.072	2.051
7.06.02	Receitas Financeiras	1.072	2.051
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	125.131	117.149
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	125.131	117.149
7.08.01	Pessoal	9.102	8.742
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.232	6.279
7.08.01.02	Benefícios	2.161	1.870
7.08.01.03	F.G.T.S.	369	369
7.08.01.04	Outros	340	224
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.347	34.246
7.08.02.01	Federais	27.696	26.641
7.08.02.02	Estaduais	119	47
7.08.02.03	Municipais	8.532	7.558
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.276	34.284
7.08.03.01	Juros	26.260	20.598
7.08.03.02	Aluguéis	430	599
7.08.03.03	Outras	14.586	13.087
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.406	39.877
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.406	39.877

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Informações Trimestrais**Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2011**

Estas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Imobiliários – CVM, assim como as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T10.

Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R\$192,3 milhões (+16,9%);
- O EBIT atingiu R\$91,9 milhões (+17,5%) e a Margem EBIT 47,8% (+0,3 p.p);
- O EBITDA atingiu R\$104,4 milhões (+17,5%) e a Margem EBITDA 54,3% (+0,0 p.p);
- O Lucro Líquido atingiu R\$38,4 milhões (-3,7%);
- Os veículos equivalentes cresceram 14,6%.

Indicadores [R\$ MM]	1ºT11	1ºT10	Var.%
Receita Líquida	192,3	164,5	16,9
EBIT	83,8	78,4	6,9
<i>Margem EBIT</i>	43,6%	47,7%	+4,1 p.p.
EBITDA	108,6	96,10	13
<i>Margem EBITDA</i>	56,5%	58,4%	+13 p.p.
Lucro Líquido	38,4	39,9	-1,9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹)**

Em unid.²	1º T11	1ºT10	Var.%
Veículos Equivalentes	27.144.944	23.656.144	14,74
Veículos Leves (Eq)	14.937.079	12.356.858	20,88
Veículos Pesados (Eq)	12.177.865	11.299.286	7,78

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado ViaOeste (+14,6%)

O número de Veículos-Equivalentes aumentou 14,7% no 1T11 quando comparado ao 1T10. Contribuíram para este resultado, além do crescimento vegetativo do tráfego, a reconfiguração das praças de Osasco e Barueri (adequação da base tarifada) e o desenvolvimento dos municípios da Região Oeste do Estado de São Paulo, com destaque para a indústria automobilística com recorde de vendas de veículos leves.

Veículos de Passeio (+20,9%)

O tráfego de veículos de passeio cresceu 20,9% no 1T11 sobre o mesmo período de 2010, com um efeito calendário negativo de -0,8%. Refletindo o resultado do aquecimento da economia e das vendas de automóveis, o tráfego na região inicial da Rodovia Castello Branco, entre Osasco e Barueri, e no entorno de Sorocaba, foram destaques no trimestre. Estes municípios continuam como foco de novos empreendimentos imobiliários, tanto residenciais e industriais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**Veículos Comerciais (+7,8%)**

O tráfego de veículos comerciais cresceu +7,8% em relação ao 1T10, resultado da contribuição do crescimento vegetativo de +8,1% e do efeito calendário negativo de -0,4%. O fluxo de veículos comerciais, apesar da grande variedade de cargas, teve seu resultado afetado pela menor movimentação de açúcar e soja para exportação, via Porto de Santos. Por outro lado, as praças de pedágio no entorno da cidade de Sorocaba - destaques do período - evidenciam o crescimento do município e sua importância para a economia da região.

2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou em 4,178085% (variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M), de maio de 2009 a maio de 2010), no mês de Julho de 2010, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema.

3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral**Receita Bruta**

Receita Bruta [R\$ MM]	1º T11	1ºT10	Var.%
Receita de Pedágio	168.214	148.897	13,0
Receitas Acessórias	2.130	2.357	-9,6
Receita de Construção	36.677	26.330	39,3
Receita Bruta Total	207.021	177.584	16,6

Receita Líquida

A Receita Líquida cresceu 16,9% no 1T10, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo o valor de R\$ 192,3 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Já as deduções sobre a Receita Operacional Bruta (Receitas de Pedágio + Acessórias) aumentaram em 12,9%, totalizando o valor de R\$ 14,7 milhões no 1T11, contra R\$ 13,0 milhões no 1T10.

Custos Totais

Custos [R\$ MM]	1º T11	1ºT10	Var.%
Custo de Construção	-36.677	-26.330	39,3
Provisão de Manutenção	-3.653	2.374	53,8
Depreciação e Amortização	-15.774	-9.998	57,8
Custo da Outorga	-14.586	-13.087	11,5
Serviços	-11.871	-10.090	17,7
Custo com pessoal	-7.450	-7.315	1,8
Outros	-5.622	-5.120	9,8
Custos dos Serv. Prestados	-95.633	-69.566	37,5

Os custos dos serviços prestados cresceram no 1T11, atingindo o valor de R\$ 95,6 milhões, conforme será detalhado a seguir.

Custo de Construção: Os custos de construção cresceram R\$ 10,3 milhões no 1T11 quando comparado ao 1T10. Esta variação de 39,3% deve-se principalmente à conclusão da construção das pistas marginais da Rodovia Raposo Tavares – SP 270 – na região de Sorocaba – SP, entre os quilômetros 95 e 105. Esta obra teve como principais objetivos separar o tráfego de longa distância do tráfego local e melhorar o tráfego da pista expressa, proporcionando aos usuários maior conforto e fluidez.

Provisão de Manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico decorrente do volume de tráfego da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
 Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Depreciação e Amortização: A maior variação neste item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, referentes às obras do Complexo Cebolão.

Custo da Outorga: O incremento de 11,5% deste custo no 1T11, quando comparado com o 1T10, deve-se especialmente ao crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita de pedágio neste período.

Serviços: O aumento de R\$ 1,7 milhões no 1T11 em relação ao 1T10, deve-se ao incremento de custo com manutenção, operação e conservação das rodovias da ViaOeste.

Custos com Pessoal: O crescimento deste item deve-se principalmente ao dissídio ocorrido em Março de 2010.

Outros (materiais, seguros, alugueis, entre outros): Os custos do 1T11 foram 9,8% superiores, quando comparados ao 1T10, devido ao maior consumo de materiais para conservação, manutenção da rodovia e combustíveis para a frota.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1º T11	1ºT10	Var.%
Lucro Líquido	38,4	39,9	-3,8
(+) IR/CS	20,1	19,9	1,0
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,3	18,6	36,0
(+) Depreciação e Amortização	16,1	9,2	75
(+) Despesas Antecipadas	8,7	8,5	2,0
EBITDA	108,6	96,1	13,0
Margem EBITDA	56,55	58,42	-1,9 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**Resultado Financeiro Líquido**

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	1ºT11	1ºT10	Var.%
Despesas Financeiras	-26,4	-20,6	28,2
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	-23,7	-18,4	28,8
Variações Cambiais	0,0	0,0	0,0
Taxas, Comissões e Outros	-1,7	-1,3	30,8
Ajuste a VP da Provisão de Manut.	-1,0	-0,9	11,1
Receitas Financeiras	1,1	2,1	-47,6
Rendimento sobre aplicações Financ.	1,0	1,8	-44,4
Juros e outras receitas Financ.	0,1	0,3	-66,7
Resultado Financeiro Líquido	25,3	18,6	-36,2

O aumento do item Financiamento (Juros e Variações Monetárias) refere-se fundamentalmente à 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, no valor de R\$ 150 milhões, no mês de Fevereiro de 2011.

Endividamento

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Mar/11	%
Finame	TJLP	TJLP (7,0 – 10,3%)	0,87	0,1
Leasing	CDI	CDI + 1,5% a.a.	1,89	0,2
Debêntures	CDI	104,5%	172,7	19,5
Debêntures	IGP-M	7,60%	141,0	15,9
Debêntures	IGP-M	7,60%	159,2	18,0
Debêntures	CDI	117,0%	258,6	29,2
Debêntures	CDI	110,5%	151,9	17,1
Total			886,2	100,0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. Comentários sobre obras concluídas e a realizar

O total de investimento em imobilização realizado neste trimestre foi de aproximadamente R\$ 46 milhões, cujo destaque principal é dado à obra das Marginais de Sorocaba, do km 95 ao 105, da Rodovia Raposo Tavares, no município de Sorocaba – SP.

5. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	1º T11	1ºT10	Var.%
Total de acidentes	754	655	15,1
Total de vítimas	525	494	6,3

6. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Em fevereiro e março, a concessionária CCR ViaOeste levou às cidades de Cotia, Vargem Grande Paulista, São Roque, Itapevi e Carapicuíba o Teatro sobre Rodas. O projeto, que acontece no Buzum, apelido do ônibus-teatro, é um teatro de bonecos ambulante. Desenvolvido pela Cia Pia Fraus, o espetáculo é baseado na passagem do naturalista Charles Darwin pelo Brasil durante sua viagem de cinco anos ao redor do mundo e retrata a teoria da evolução das espécies de uma maneira lúdica e divertida.

A concessionária realizou em fevereiro na rodovia Castello Branco mais uma ação voltada para os caminhoneiros: a revisão das luzes de trás do veículo. Quando encontrada qualquer irregularidade, técnicos realizavam gratuitamente a troca da lâmpada. O objetivo é alertar os caminhoneiros quanto a importância de realizar a manutenção periódica das lâmpadas dos caminhões e evitar as colisões traseiras, tipo de acidente muito comum em rodovias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2011

02102-4 CONC ROD DO OESTE DE S.PAULO-VIAOESTE SA 02.415.408/0001-50

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No mês de março, a CCR ViaOeste também disponibilizou para os usuários do Sistema Castello-Raposo um simulador de direção de caminhão. A atração ficou na Área de Descanso do Caminhoneiro, no km 57 da Castello, sentido capital. Durante a simulação o “motorista” foi monitorado por um instrutor e utilizou todos os equipamentos de um caminhão de verdade: partida, troca de marchas, cinto de segurança, setas entre outros. O objetivo foi treinar atenção, reflexo e a reação dos motoristas.

7. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. , aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

Trimestre findo em 31 de março de 2011 e 2010

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

No trimestre não ocorreram mudanças no contexto operacional.

2 Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas informações trimestrais devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os saldos apresentados em Reais nestas informações trimestrais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras contidas nas Informações Trimestrais – ITR, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de maio de 2011.

Notas Explicativas

3 Principais políticas e práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantem-se a consistência dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

4 Determinação de valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	917	1.885
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	<u>41.670</u>	<u>11.314</u>
	<u>42.587</u>	<u>13.199</u>

7 Contas a receber

	31/03/2011	31/12/2010
Circulante		
Vale pedágio e cupons a receber	1.396	1.268
Ocupação da faixa de domínio e acessos	351	440
Cargas excedentes, cargas especiais e tarifa de liberação de veículos	233	36
Locação de painéis publicitários	34	2
	<u>2.014</u>	<u>1.746</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(278)</u>	<u>(233)</u>
	<u>1.736</u>	<u>1.513</u>
Não circulante		
Poder concedente (b)	24.292	24.292
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/03/2011	31/12/2010
Créditos a vencer	1.620	1.507
Créditos em atraso até 60 dias	85	1
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	31	5
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	162	94
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	<u>116</u>	<u>139</u>
	<u><u>2.014</u></u>	<u><u>1.746</u></u>

- (a) A provisão para devedores duvidosos (PDD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias baseado no histórico de perda da companhia.
- (b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 ao Contrato de Concessão para o período de agosto de 2002 até abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas. Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa possivelmente seja favorável à Companhia. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

Notas Explicativas

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	58.486	59.827
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(19.885)	(20.341)
Ajuste na despesa tributária		
Despesas não dedutíveis /Receitas não tributáveis		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(129)	(93)
Despesas com brindes e associações de classe	(84)	(26)
Reversão de juros e multa - Lei 11.941/09	-	495
Incentivo relativo ao imposto de renda	18	15
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(20.080)</u>	<u>(19.950)</u>
Impostos correntes	(18.151)	(15.282)
Impostos diferidos	(1.929)	(4.668)
	<u>(20.080)</u>	<u>(19.950)</u>
Alíquota efetiva de Impostos	34%	33%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Notas Explicativas

	31/03/2011	31/12/2010
Ativo não circulante		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	19.025	20.124
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	18.556	17.840
Constituição da provisão de manutenção (c)	11.057	9.890
Provisão para devedores duvidosos	8.354	8.338
Provisão para participação nos resultados (PLR)	854	669
Custo transação na emissão de tributos	743	699
Parcelamento de impostos INSS	66	63
Provisão para despesa com taxa de manutenção de TAG'S	422	625
Provisão para contingências	876	279
Provisão para perda de investimentos	136	60
Provisão para perda - FINOR	11	11
Outras	60	82
	60.160	58.680

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas novas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas novas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme novas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das novas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal e contábil do direito de concessão, nos termos das novas práticas contábeis – Lei 11.638/.

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão</u>					
	31/03/2011	31/12/2010				
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>				
	<u>Início da concessão</u>		<u>Extensão do prazo de concessão</u>		<u>Total</u>	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Não circulante	<u>35.443</u>	<u>36.267</u>	<u>54.170</u>	<u>50.615</u>	<u>89.612</u>	<u>86.882</u>

Notas Explicativas

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado dos trimestres findos em 31 de março 2011 e em 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	Transações	Saldos	
	Serviços Prestados	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Controladora			
Companhia de Concessões Rodoviárias - Divisão Actua (c)	3.047	5	955
Outras partes relacionadas			
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (d)	-	-	3
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (b)	-	29.796	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (a)	3.478	-	1.089
Concess.do Sistema Anhaguera-Bandeirantes S.A. (e)	-	2	-
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A (e)	-	-	2
Concessionária do Rodoanel S.A. (e)	-	7	25
Conces.da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (e)	-	1	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (e)	-	6	-
Profissionais chave			
Remuneração de administradores	483	-	285
Total, 31 de março de 2011	7.008	29.817	2.359
Total, 31 de dezembro de 2010	26.512	34.063	1.739
Total, 31 de março de 2010	6.457		

- (a) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (b) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (c) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia; e
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.

Notas Explicativas

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	31/03/2011	31/03/2010
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	251	267
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	224	275
Previdência privada	8	28
Seguro de vida	1	1
	484	571

11 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/03/2011		31/12/2010	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10	3.471	(1.346)	2.125	2.020
Máquinas e Equipamentos	13	22.571	(13.530)	9.041	6.625
Veículos	16	7.971	(4.253)	3.718	3.120
Instalações e Edificações	6	2.130	(1.888)	242	252
Sistemas Operacionais	7	40.956	(32.231)	8.725	6.755
Imobilizações em Andamento	-	28.626	-	28.626	36.942
		105.725	(53.248)	52.477	55.714

Movimentação do custo

	31/12/2010	31/03/2011			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	
Móveis e Utensílios	3.283	-	(1)	189	3.471
Máquinas e Equipamentos	19.672	-	(9)	2.908	22.571
Veículos	7.088	-	(4)	887	7.971
Instalações e Edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas Operacionais	38.183	-	-	2.774	40.957
Imobilizações em Andamento	36.942	1.679	-	(9.996)	28.625
	107.298	1.679	(14)	(3.238)	105.725

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 922 em 31 de março de 2011, (R\$ 938 em 31 de março de 2010).

Movimentação da depreciação

Notas Explicativas

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>			<u>Depreciação</u>
	<u>Depreciação</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u> <u>(1)</u>	
Móveis e Utensílios	(1.263)	(83)	1	(2)	(1.347)
Máquinas e Equipamentos	(13.047)	(491)	8	3	(13.527)
Veículos	(3.968)	(290)	5	-	(4.253)
Instalações e Edificações	(1.878)	(10)	-	-	(1.888)
Sistemas Operacionais	<u>(31.428)</u>	<u>(802)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(32.233)</u>
	<u>(51.584)</u>	<u>(1.676)</u>	<u>14</u>	<u>(2)</u>	<u>(53.248)</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

12 Intangível

	<u>Taxa anual de amortização %</u>	<u>31/03/2011</u>			<u>31/12/2010</u>
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)	1.180.416	(209.817)	970.599	935.490
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	4.894	(3.619)	1.275	837
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.322	(502)	820	874
Direito da concessão - ágio (a)	(*)	<u>251.709</u>	<u>(54.388)</u>	<u>197.321</u>	<u>199.938</u>
		<u>1.438.341</u>	<u>(268.326)</u>	<u>1.170.015</u>	<u>1.137.139</u>

Movimentação do custo

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u> <u>(1)</u>	<u>Custo</u>
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	1.133.650	44.097	2.669	1.180.416
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.325	-	569	4.894
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	1.322
Direito da concessão - ágio (a)	<u>251.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.709</u>
	<u>1.391.006</u>	<u>44.097</u>	<u>3.238</u>	<u>1.438.341</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	31/12/2010	31/03/2011		
	Amortização	Adições	Transferências (1)	Amortização
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(198.160)	(11.659)	2	(209.817)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(3.488)	(131)	-	(3.619)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(448)	(54)	-	(502)
Direito da concessão - ágio (a)	(51.771)	(2.617)	-	(54.388)
	(253.867)	(14.461)	2	(268.326)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico

(a) Direito da concessão – ágio: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. A incorporação pela Companhia do patrimônio da Wolfson Empreendimentos Ltda. não implicou no aumento do capital da incorporadora no ato da incorporação. A diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da incorporadora, no montante de R\$ 2.642, foi destinada à conta de reserva de capital. O valor do ágio incorporado, no montante de R\$ 251.709, é amortizado pelo padrão de benefício econômico gerado com base na curva de tráfego, pelo prazo da concessão.

(b) As principais obras de melhorias em fase de construção e não disponibilizadas aos usuários, no montante de R\$ 87.027 em 31 de março de 2011, são as seguintes:

1. Construção de pistas marginais do km 92 ao km 106 (SP -270);
2. Implantação do dispositivo de retorno do km 64 + 500 (SP -280);
3. Entroncamento do km 102 + 637(SP-270).

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 2.680 em 31 de março de 2011, R\$ 5.727 em 31 de março de 2010. A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 3,18% ao trimestre em 31 de março de 2011 (em média 2,98% ao trimestre durante o exercício de 2010).

(c) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e leasing

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Vencimentos	31/03/2011	31/12/2010
Em moeda nacional				
Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3%	15 de abril de 2011	35	138 (a)
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3%	15 de maio de 2012	286	353 (a)
HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7%	15 de julho de 2013	361	399 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A.	TJLP + 1%	15 de maio de 2015	184	195 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A	105% do CDI	28 de fevereiro de 2011	-	30.073 (b)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A	CDI + 1,5%	02 de setembro de 2013	1.880	2.030 (c)
Total			<u>2.746</u>	<u>33.188</u>
Total circulante			<u>1.322</u>	<u>31.479</u>
Total não circulante			<u>1.424</u>	<u>1.709</u>

Garantias

- (a) Fidejussória e Bens financiados.
- (b) Aval do acionista controlador.
- (c) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2011
2012	695
2013	667
Após 2013	<u>62</u>
	<u>1.424</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve contratação de novas operações ou liquidações de operações anteriores.

Notas Explicativas

14 Debêntures

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	31/03/2011	31/12/2010
Debêntures							
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	1.145	Julho de 2015	171.537	166.839 (a)
Série 2	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	878	Julho de 2015	158.298	152.058 (a)
Série 3	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	798	Janeiro de 2015	140.250	134.034 (a)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	1.080	Dezembro de 2016	257.510	249.660 (b)
Série Única	110,5% do CDI	0,1334% (b)	740	713	Fevereiro de 2015	151.160	- (b)
Total						<u>878.755</u>	<u>702.591</u>
Debêntures						172.554	129.860
Custo de transação						<u>(1.698)</u>	<u>(1.464)</u>
Total circulante						<u>170.856</u>	<u>128.396</u>
Debêntures						710.815	577.018
Custo de transação						<u>(2.916)</u>	<u>(2.823)</u>
Total não circulante						<u>707.899</u>	<u>574.195</u>

(a) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(b) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2011
2012	148.814
2013	198.419
2014	198.419
Após 2014	<u>165.163</u>
	<u>710.815</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Neste trimestre não houve contratação de novas operações, ou liquidações de operações anteriores, exceto a contratação abaixo:

Em 20 de fevereiro de 2011, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo cento e cinquenta mil debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal unitário de R\$ 1 e valor nominal total da emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 21 de fevereiro de 2011. Elas têm remuneração correspondente à variação acumulada de 110,5% do CDI e poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 20 de fevereiro de 2012 e de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias 20 de fevereiro e de agosto de cada ano, até a data de vencimento, iniciadas em 20 de agosto de 2011.

Notas Explicativas

15 Fornecedores

	31/03/2011	31/12/2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	12.443	13.118
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	89	107
Cauções e Retenções Contratuais (b)	<u>8.687</u>	<u>8.813</u>
	<u>21.219</u>	<u>22.038</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16 Obrigações fiscais

a. *Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher*

	31/03/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.535	5.953
ISS	3.348	3.456
Cofins	1.819	1.819
IRRF	73	75
Pis, Cofins e CSLL retidos	236	159
Pis	394	394
INSS retido	<u>343</u>	<u>522</u>
	<u>12.748</u>	<u>12.378</u>

Notas Explicativas**b. Obrigações fiscais federais e municipais - parceladas****Circulante**

IRPJ	3.412	3.332
CSLL	1.363	1.331
INSS	18	17
	<u>4.793</u>	<u>4.680</u>

Não circulante

IRPJ	40.660	39.709
CSLL	16.240	15.860
INSS	212	207
	<u>57.112</u>	<u>55.776</u>

A Companhia aguarda a homologação dos parcelamentos pleiteados junto à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Lei 11.941/09, nos seguintes montantes:

	31/03/2011	31/12/2010
IRPJ	44.072	43.041
CSLL	17.603	17.191
INSS	230	224
	<u>61.905</u>	<u>60.456</u>

Os impostos parcelados através da Lei 11.941/09 serão pagos a partir do processo de consolidação realizado pela Receita Federal do Brasil em até 180 parcelas mensais, iguais e consecutivas, e atualizadas mensalmente com base na taxa SELIC. O processo de consolidação encontra-se em andamento.

Notas Explicativas

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	31/12/2010	31/03/2011			
	Saldo Inicial	Constituição de provisão	Realização	Transferências	Total
Não circulante					
Cíveis	122	1.252	(4)	23	1.393
Trabalhistas	698	559	(52)	(23)	1.182
Total	820	1.811	(56)	-	2.575

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 8.897 em 31 de março de 2011 (R\$ 6.648 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 3.767 para os processos em andamento.

18 Provisão de manutenção

	31/12/2010	31/03/2011			
	Saldo Inicial	Constituição de provisão valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Total
Circulante					
Provisão de manutenção	9.318	816	297	(1.236)	9.195
Não circulante					
Provisão de manutenção	19.768	2.839	718	-	23.325

Os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 ou antes foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão a partir do exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. As taxas utilizadas referem-se às taxas de mercado para estes períodos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 o montante provisionado corresponde a R\$ 45.571 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 40.466 em 31 de dezembro de 2010).

19 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	31/03/2011	31/12/2010
Até um ano	324	514
Acima de um ano e até cinco anos	10	7

A Companhia opera com 32 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 200 em 31 de março de 2011 (R\$ 508 em 31 de março de 2010).

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.357 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	31/03/2011	31/12/2010
Veículos	2.130	2.150

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 200 relativos a despesas financeiras e R\$ 115 relativos a despesas de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Valor Nominal</u>		<u>Valor Presente</u>	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Até um ano	888	830	827	807
Acima de um ano e até cinco anos	1.126	1.261	1.053	1.223

Notas Explicativas

20 Patrimônio líquido

Dividendos

Em 28 de fevereiro de 2011, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 140.000, sendo R\$ 14.202 a título de dividendos intermediários sobre o saldo de reserva de retenção de lucros de 2010 e R\$ 125.798 de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2010.

21 Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia e de suas investidas conforme o quadro a seguir:

	31/03/2011				31/12/2010			
	Ativo mensurado pelo valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Ativo mensurado pelo valor justo	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	41.670	-	-	41.670	11.314	-	-	11.314
Contas a receber	-	1.736	-	1.736	-	1.513	-	1.513
Partes relacionadas	-	29.817	-	29.817	-	34.063	-	34.063
Passivos								
Empréstimos, financiamentos e leasing	-	-	(2.746)	(2.746)	-	-	(33.188)	(33.188)
Debêntures	-	-	(878.755)	(878.755)	-	-	(702.591)	(702.591)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(29.215)	(29.215)	-	-	(30.956)	(30.956)
Partes relacionadas	-	-	(2.074)	(2.074)	-	-	(1.739)	(1.739)
Total	41.670	31.553	(912.790)	(839.567)	11.314	35.576	(768.474)	(721.584)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	883.369	887.057	706.878	788.701
CCB	-	-	30.073	30.098

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 41.670 em 31 de março de 2011 em R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2010.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de março de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015	300.225	(42.275)	(48.593)	(54.885)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016	583.145	(76.714)	(96.051)	(115.449)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(118.989)</u>	<u>(144.644)</u>	<u>(170.334)</u>

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	11,66%	14,58%	17,49%
IGP-M (3)	10,95%	13,69%	16,42%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31/03/2011, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

22 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – R\$ 44.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – R\$ 14.000;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – R\$ 68.862;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 48.000;
- Perda de Receita – R\$ 63.134.
- Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículos), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos morais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículos) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos.

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 204.616, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Outorga fixa a pagar	374.614	349.267	317.147	294.145

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2011, estavam assim distribuídos:

Notas Explicativas

	Valor nominal	Valor presente
2011	39.641	38.833
2012	54.320	51.007
2013	54.320	48.579
2014	54.320	46.264
2015	54.320	44.062
Após 2015	<u>117.693</u>	<u>88.402</u>
Total	<u><u>374.614</u></u>	<u><u>317.147</u></u>

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.469 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 11.009 em 31 de março de 2010).

b. Compromissos relativos à concessão*Decorrente de outorga variável*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de março de 2011 era de R\$ 1.819, acrescido de R\$ 5.747 referente a parcela retida (R\$ 1.816 em 31 de dezembro de 2010).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 5.108 referente ao direito de outorga variável (R\$ 4.540 em 31 de março de 2010).

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de março de 2011, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 428.441 (R\$ 476.558 em 31 de dezembro de 2010), a serem realizados até o final do prazo da concessão. Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

c. Obras a executar

	31/03/2011	31/12/2010
Não circulante		
Obrigações Poder Concedente	<u>8.570</u>	<u>8.713</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Notas Explicativas

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.

24 Resultado Financeiro

Despesas financeiras	31/03/2011	31/03/2010
Juros sobre financiamentos e debêntures	(20.469)	(16.608)
Varição monetária sobre debêntures	(6.784)	(8.475)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(1)	(1.122)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(158)	(164)
Juros sobre impostos parcelados	(1.448)	-
IOF	(120)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	3.602	6.661
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.015)	(913)
	<u>(26.393)</u>	<u>(20.621)</u>
 Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.034	1.755
Juros e outras receitas financeiras	38	296
	<u>1.072</u>	<u>2.051</u>

Notas Explicativas**25 Receitas**

Receitas	31/03/2011	31/03/2010
Receita de pedágio	168.214	148.897
Receitas de contratos de construção	36.677	26.330
Receitas acessórias	2.130	2.357
	<u>207.021</u>	<u>177.584</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Receitas Brutas	207.021	177.584
Menos:		
Impostos sobre receitas	(14.721)	(13.064)
Devoluções e abatimentos	23	24
Total das receitas	<u>192.323</u>	<u>164.544</u>

* * *

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Márcio José Batista	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
Araçariguama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos valores adicionados e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 10 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, de 31 de março de 2011, e com as demonstrações contábeis relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.

Araçatiguama, 10 de maio de 2011.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, de 31 de março de 2011, e com as demonstrações contábeis relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.

Araçariguama, 10 de maio de 2011.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia